

A IMPORTÂNCIA DO CLIMA PARA O AGRONEGÓCIO GAÚCHO

THE IMPORTANCE OF CLIMATE FOR THE AGRIBUSINESS FROM RIO GRANDE DO SUL STATE, BRAZIL

LA IMPORTANCIA DEL CLIMA PARA EL AGRONEGOCIO DEL ESTADO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Magnun Silveira Baum

Aluno do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia Novembro- 2018.

Marcelo Messias Henriques

Professor Orientador no Centro Universitário Internacional UNINTER.

RESUMO

O presente artigo versa sobre a importância do clima para o agronegócio gaúcho. A partir de uma abordagem bibliográfica, mostrou-se o conceito do agronegócio e a importância da agricultura para a economia gaúcha, e conseqüentemente para o Brasil, uma vez que esta se volta para o abastecimento do mercado interno e externo. Esta proposta tem por objetivo compreender a importância do clima no desenvolvimento do agronegócio gaúcho, tomando como base os seus efeitos para a economia local e nacional. Para tal buscou-se contextualizar o agronegócio gaúcho no panorama nacional, quanto ao abastecimento interno e a sua importância no mercado econômico global. Assim, fez-se necessário compreender a relação do clima com a agricultura, a importância das cooperativas para o enfrentamento das intempéries que assolam ou auxiliam na dinâmica da produção, passando pela abordagem do desenvolvimento sustentável, uma vez que é preocupação da ONU, no âmbito do Acordo de Paris. Por fim, identificar os potenciais desafios do produtor do agronegócio gaúcho perante as mudanças decorrentes dos fenômenos climáticos existentes na região. Assim, optou-se pela pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, feita a partir do levantamento das referências teóricas da geografia e áreas afins, presentes nas publicações de pesquisas científicas já conhecidas e disponíveis à consulta.

Palavras-chave: Agronegócio gaúcho. Alterações climáticas. Produção agrícola. Fenômenos climatológicos.

ABSTRACT

This article deals with the importance of climate for the agribusiness from Rio Grande do Sul State, in Brazil. From a bibliographical approach, it displays the concept of agribusiness and the importance of agriculture for the State economy, and consequently for Brazil, in what regards to supplying the domestic and foreign markets. This proposal aims to understand the importance of climate in the development of agribusiness in Rio Grande do Sul, based on its effects on the local and national economy. To this end, we sought to contextualize the 'gaucho' agribusiness in the national panorama, as to domestic supply and its importance in the global economic market. Thus, it was necessary to understand the relationship between climate and agriculture, the importance of cooperatives to cope with the weather that plagues or assists in the dynamics of production, through the approach of sustainable development, since it is a concern of the UN, within the Paris Agreement. Finally, to identify the potential challenges of the 'gaucho' agribusiness producer in face of the changes resulting from the climatic phenomena existing in the region. Thus, we opted for a bibliographical research and a qualitative approach, made from the survey of the theoretical references of geography and related areas, present in scientific research publications already known and available for consultation.

Keywords: Agribusiness from Rio Grande do Sul. Climate change. Agricultural production. Climatological phenomena.

RESUMEN

Este artículo aborda la importancia del clima para el agronegocio del estado Rio Grande do Sul (Brasil). A partir de abordaje bibliográfico, se presenta el concepto de agronegocio y la importancia de la agricultura para la economía del estado, y, en consecuencia, para todo Brasil, una vez que ella provee al mercado interno y externo. Esta propuesta tiene como objetivo comprender la importancia del clima en el desarrollo del agronegocio riograndense, tomándose como base sus efectos en la economía local y nacional. Para ello, se trató de contextualizar el agronegocio regional en el ámbito nacional en cuanto a su capacidad en el abastecimiento interno y su importancia en el mercado económico global. Así, se hizo necesario comprender la relación del clima con la agricultura, la importancia de las cooperativas para el enfrentamiento de las intemperies que destruyen o auxilian en la dinámica de la producción. Todo eso desde la perspectiva del desarrollo sustentable, una vez que esta es una preocupación de la ONU, en el ámbito del acuerdo de París. Por último, se trató de identificar los desafíos potenciales del productor del agronegocio riograndense ante los cambios producidos por los fenómenos climáticos propios de la región. Para la realización del estudio, se optó por la investigación de tipo bibliográfico, con abordaje cualitativo, hecha a partir de la revisión de referencias teóricas en el campo de la geografía y áreas afines, ya disponibles en publicaciones de investigaciones científicas conocidas.

Palabras-clave: Agronegocio de Rio Grande do Sul. Alteraciones climáticas. Producción agrícola. Fenómenos climatológicos.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2015, o documento intitulado *Acordo de Paris*, foi ratificado pelas 195 partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCCC e pela União Europeia, durante a 21ª Conferência das Partes – COP21. É considerável essa preocupação da ONU, uma vez que um dos objetivos é manter bem abaixo de 2°C o aquecimento global, traçando estratégias e empregando esforços para controlar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais (ONU, 2015).

Tal acordo vai mostrar a preocupação dos órgãos internacionais na tentativa de sensibilizar o mercado global e os governos para as questões climáticas. No que deve ser levado em consideração que a COP21 é:

A COP21 busca alcançar um novo acordo internacional sobre o clima, aplicável a todos os países, com o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2°C. A UNFCCC foi adotada durante a Cúpula da Terra do Rio de Janeiro, em 1992, e entrou em vigor no dia 21 de março de 1994. Ela foi ratificada por 196 Estados, que constituem as “Partes” para a Convenção. Esta Convenção-Quadro é uma convenção universal de princípios, reconhecendo a existência de mudanças climáticas antropogênicas – ou seja, de origem humana – e dando os países industrializados a maior parte da responsabilidade para combatê-la. A Conferência das Partes (COP), constituída por todos os Estados Partes, é o órgão decisório da Convenção. Reúne-se a cada ano em uma sessão global onde as decisões são tomadas para cumprir as metas de combate às mudanças climáticas. As decisões só podem ser tomadas por unanimidade pelos Estados Partes ou por consenso (ONU, 2015, *online*).

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO¹, o Brasil é atualmente o terceiro maior exportador agrícola do mundo, mas as mudanças climáticas são preocupantes para o agronegócio brasileiro, uma vez que a participação no mercado internacional vai depender da sua capacidade produtora (ONU/FAO, 2018). No contexto brasileiro, o agronegócio gaúcho possui relevância por garantir uma produção diversificada e de qualidade, que tem procurado se consolidar investindo na tecnologia em busca de números positivos na produtividade agrícola (FARSUL, 2016).

Posto isso, é necessário que se entenda a questão da agricultura, como uma atividade fundamental para suprir as necessidades humanas, gerar riquezas e trazer o desenvolvimento para as sociedades, e que faz parte, junto com a pecuária e outras atividades ligadas à natureza, do setor primário da economia. Quando esta se liga a um conjunto de sistemas de produção, distribuição e consumo, nós temos o agronegócio, ou seu termo em inglês *agribusiness*, que sob o ponto de vista sistêmico é um conjunto que extrapola a visão da propriedade rural (MENDES; PADILHA JR., 2007; FOLETTO; GIORDANI, 2014).

Compreendendo a importância da agricultura para a economia e o conjunto que forma o chamado agronegócio, é essencial somar a esse contexto que, sendo parte do setor primário da economia e estando ligado à natureza, sofre a influência direta do clima, que por sua vez vai interferir no agronegócio.

Nesse entendimento, este trabalho se apresenta como uma proposta de estudo interdisciplinar, que vai partir dos pressupostos da Geografia, mas que vai se valer de outras disciplinas para auxiliar a compreensão da importância do clima para o agronegócio gaúcho, acrescentando que o desenvolvimento de estudos nessa temática contribui para uma discussão que busque e identifique práticas e ferramentas agrícolas para apoiar o agricultor no enfrentamento dos fenômenos climáticos. O Agronegócio é importante para a economia gaúcha, portanto essa condição deve ser discutida em todos seus aspectos, sobretudo no sentido de corroborar com o seu desenvolvimento, que gera empregos e recursos financeiros na economia local.

¹ Cf. Sigla em inglês para Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/fao/>> Acesso em: 14 nov. 2018.

Esta proposta objetiva, antes de mais nada, compreender a importância do clima no desenvolvimento do agronegócio gaúcho, considerando o cenário competitivo dos mercados agrícolas e os avanços tecnológicos. Para tal procurou-se contextualizar o agronegócio gaúcho no panorama nacional; compreender a relação do clima com a agricultura, passando pela abordagem do desenvolvimento sustentável e por fim, identificar os potenciais desafios do produtor do agronegócio gaúcho perante as mudanças decorrentes dos fenômenos climáticos existentes na região.

Para o alcance desta proposta, optou-se pela pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, feita a partir do levantamento das referências teóricas, por meios escritos e eletrônicos -artigos, livros, e-books, teses e dissertações-, dentre outras fontes que servirão para fomentar tanto o arcabouço teórico, quanto a construção da perspectiva que se quer evidenciar; neste caso em particular, mostrar a importância do clima para o agronegócio gaúcho, o que demandou leituras de teóricos da geografia e áreas afins, bem como de revistas acadêmicas e científicas e sites especializados.

Corroborando com o contorno da pesquisa bibliográfica, Gil (2002, p. 44) afirma que “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Corroborando, Severino (2007) afirma que a pesquisa de cunho bibliográfico tem início com a investigação dos registros disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores, nos quais os textos tornam-se fontes dos temas abordados e caberá ao pesquisador suscitar as suas respostas, baseando-se no arcabouço teórico constante nas suas fontes (SEVERINO, 2007).

Assim, este artigo vai apresentar os conceitos e contextos para os termos clima, agricultura e agronegócio gaúcho e as considerações teórico-metodológicas que forneceram as bases científicas para este escrito de modelo acadêmico.

A AGRICULTURA E O AGRONEGÓCIO GAÚCHO

A agricultura está presente nas sociedades, como recurso da vida humana desde o período Neolítico, na Pré-História, e faz parte do desenvolvimento do homem. Passa por contínuos avanços tecnológicos para atender as demandas da economia mundial em relação aos alimentos e demais itens de consumo. Esses avanços tecnológicos

contribuíram para avanços da fronteira agrícola, em áreas anteriormente consideradas impróprias para o plantio.

O estado do Rio Grande do Sul se destaca no agronegócio brasileiro, por meio da produção e exportação de arroz, maçã, fumo, uva, trigo e soja, dentre outros produtos, além da criação de suínos, aves e bovinos para a produção de carne e leite. Diante desse contexto se torna relevante a preocupação com o papel desempenhado pelo clima para o agronegócio na atualidade.

O clima é um componente que se alinha ao desenvolvimento da agricultura. O incremento tecnológico proporcionou benefícios e avanços na agricultura, principalmente em áreas qualificadas como inadequadas para o seu desenvolvimento. Em contraponto, contribuíram para aumento da poluição, desmatamento e outros danos ao meio ambiente, ocasionando mudanças climáticas representadas em fenômenos como *El Niño* e *La Niña*, por exemplo. Esses fenômenos climáticos proporcionam dificuldades à atividade agrícola, inclusive causando perdas aos produtores e consequências sobre a economia.

A discussão sobre a atual posição do clima em relação ao desenvolvimento do Agronegócio é importante, pois propicia bases para a construção do conhecimento e da reflexão sobre o tema. A compreensão da importância do clima para a agricultura contribui à adesão das práticas sustentáveis pelos produtores ao verificar que estão suscetíveis às consequências do desenvolvimento insustentável e destrutivo. O agronegócio provém das práticas agrícolas na contemporaneidade.

No estado do Rio Grande do Sul, o agronegócio se configura como um importante setor econômico na formação do seu PIB. A agricultura alinha-se à formação, crescimento e desenvolvimento do Estado. A colonização foi realizada por imigrantes espanhóis, poloneses, italianos, germânicos, portugueses, holandeses, entre outros povos que agregaram à região a sua culinária, arquitetura, educação cultural e formas de visualização da vida, desenvolvendo adaptação às novas condições.

A construção cultural e econômica deste Estado, com a importante contribuição dos imigrantes, ocorre em meio às práticas da produção agrícola para o incremento do agronegócio, com a inserção na globalização econômica e a adesão aos avanços tecnológicos. O conceito de agronegócio criado por Goldberg e Davis (1957), tem origem no processo de mudança do entendimento da agricultura, num cenário no qual as

atividades realizadas no âmbito da propriedade rural transferiram algumas atribuições da agricultura para outros setores econômicos.

De acordo com Fries *et al* (2013), em decorrência do crescimento das exportações do agronegócio gaúcho, a sua importância proporciona reflexos na economia nacional e nas estimativas desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de que a participação no comércio mundial deve se manter relevante e com possibilidades de ampliação.

Entre 1999 e 2012, Silva *et al* (2016) observaram a dinâmica do Agronegócio gaúcho, identificando que os principais determinantes de estímulo às exportações foram a busca por combustíveis alternativos e também a elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional, sobretudo em decorrência da destacada demanda chinesa por destes produtos. Essa dinâmica contribuiu para que o Estado se mantivesse entre os quatro principais exportadores nacionais.

Apesar dessa dinâmica exportadora, Silva *et al* (2016) apontam que o agronegócio gaúcho não passou isento das consequências da crise econômica mundial. Os autores acrescentam que houve uma diminuição considerável das exportações de carnes, que é muito maior que a observada nos produtos da soja e do fumo, fundamentada na diminuição da demanda internacional pelas incertezas do comportamento do mercado mundial.

A globalização possibilita que o agronegócio gaúcho amplie a sua produção para fornecimento em escala internacional, aumentando as receitas de exportação do Estado. Apesar desse fator benéfico, há um outro lado da globalização para o agronegócio gaúcho, o posicionamento dos seus produtos para a competitividade e a suscetibilidade às crises econômicas mundiais.

Além dos produtos de exportação, o agronegócio gaúcho possui outros que ganham prestígio no mercado doméstico. Entre eles, Leusin Júnior (2016) aponta a maçã, o arroz e o trigo, que apresentam uma produção orientada ao atendimento da demanda nacional. Apesar desse enfoque, essa condição não significa que não sejam produtos exportáveis, como pode ser observado na safra de maçã de 2015, quando o produto foi exportado em decorrência da valorização do dólar e da sua qualidade.

Leusin Júnior (2016) ainda aponta para uma crescente interdependência das cidades em relação ao meio rural e da agricultura com as outras atividades econômicas existentes.

Caderno Intersaberes - v. 7 n. 12 - 2018

Borges, Simões e Andrade (2016) identificam a importância econômica da soja no município Dom Pedrito, configurada como uma cultura difundida, e apresentam a sua influência positiva no PIB municipal. Considerado esse contexto, os autores apontam como positivo o reconhecimento do papel econômico da soja ao injetar um volume significativo de recursos financeiros no município.

O bom desempenho do agronegócio gaúcho, que gera recursos financeiros para a base econômica dos municípios, não implica a diversificação da matriz econômica, inclusive dentro próprio setor econômico. A atenção a essa necessidade é fundamental para que o município não permaneça suscetível a quebras de safras decorrentes de fatores climáticos (BORGES; SIMÕES; ANDRADE, 2016, p.178).

Já Massuquetti *et al* (2015) enfatizam que o agronegócio gaúcho é fortemente influenciado pelo dinamismo do mercado internacional, principalmente da demanda chinesa, que se configura como um importante consumidor de *commodities* em seu desenvolvimento econômico. Cargnin (2017), por sua vez, ressalta que a ampliação da produção de soja no estado nas safras recentes, configura-se como importante contribuição para o processo de primarização, orientada ao mercado internacional.

O autor fundamenta essa ampliação do cultivo de soja no estado gaúcho, no aproveitamento da mesma área destinada às outras culturas como o trigo e o arroz, pela possibilidade de total mecanização das lavouras, o que acrescenta uma dinâmica de produção muito mais significativa, além da sua ampliação no contexto da agroindústria nacional.

Na ampliação da produção agrícola no Estado, destaca-se o envolvimento das cooperativas no apoio aos proprietários. Ainda no entendimento de Cargnin (2017), as cooperativas desenvolvem a intermediação entre os produtores agrícolas e a indústria, o que significa dizer que essas organizações promovem a relação entre os cooperados da mesma área destinada às outras culturas como o trigo e o arroz, para favorecer a possibilidade de total mecanização das lavouras e a expansão da agroindústria nacional.

Destaque-se o importante papel desempenhado pelas cooperativas para o desenvolvimento do agronegócio gaúcho, a qual proporciona maior capacidade de negociação por meio da união dos seus produtores cooperados. Estes, ao obter menores

custos na aquisição de insumos, podem alcançar vantagens de competitividade para os seus produtos, tanto no mercado interno quanto no externo.

Tavares *et al* (2017) apontam Porter (1992), para compreender o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, destacando que a prosperidade e bons resultados não é uma herança, mas resultado de grande esforço e da criatividade humana. A prosperidade é visualizada como uma função de competitividade, que envolve a capacidade das organizações para desenvolver melhorias e inovações em seu campo de atuação (TAVARES *et al*, 2017, p. 42).

Apesar desta capacidade econômica e da adesão aos avanços tecnológicos, o agronegócio gaúcho encontra-se perante os desafios decorrentes das mudanças e dos fenômenos climáticos, que incidem sobre as safras e, conseqüentemente podem trazer prejuízos econômicos aos produtores. O conhecimento técnico e os avanços tecnológicos são importantes para o produtor, no sentido de manter o crescimento e o desenvolvimento do agronegócio no mercado, mas há outros fatores para serem tratados ante a influência do clima neste setor econômico, assunto que será abordado em seguida.

O CLIMA E A AGRICULTURA

O Relatório Brundtland, assinado em 1987, mostra a preocupação dos países com o meio ambiente e propõe o conceito de desenvolvimento sustentável. Tal preocupação não é necessariamente nova, pois a partir da década de 70 e principalmente no final da década de 80, o mundo reconhece a urgência de resguardar o meio ambiente. O que pode ser dito é que:

Alguns avanços ocorreram, sem sombra de dúvida, nos últimos 40 anos, porém ainda há um longo percurso para alcançar a efetividade da preservação dos recursos naturais, do equilíbrio dos ecossistemas e da chamada sustentabilidade ambiental. Atualmente, no Brasil, a preocupação com os riscos de retrocessos legislativos é grande. Portanto, são necessárias tanto a manutenção das conquistas introduzidas na legislação brasileira, muitas delas impulsionadas pelos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro perante a Organização das Nações Unidas, como também a sua adequada implementação (JAPIASSÚ; GUERRA, 2017, p. 1884).

Assim, esse novo olhar voltado para o meio ambiente deixa transparecer o caráter ecológico da proposta, mas é sobretudo uma chamada de atenção para que os países,

principalmente os que estão em desenvolvimento, as grandes empresas internacionais e as corporações em geral atentem para a forma como a produção e o lucro das empresas serão gerados a partir do cuidado com o meio ambiente. Ou seja, lucro sim, riqueza sim, mas o preço tem que ser alcançado com responsabilidade social. A economia procura ser cada dia mais autossustentável, segundo o que recomenda a Organização das Nações Unidas, no sentido de formalizar compromissos com os países integrantes da comunidade internacional em defesa do meio ambiente. Dentro desse segmento, a preocupação da ONU também inclui o clima, que vem sendo debatido e que, em 2015, rendeu o Acordo de Paris.

Os cuidados com as alterações do clima passam pelo cuidado sistemático com a biodiversidade. Assim, as mudanças climáticas se tornaram uma realidade do cotidiano agrícola, propondo desafios aos produtores, proprietários, agricultores, técnicos e muitos outros envolvidos na produção agrícola. Todos devem partir em busca de práticas e ferramentas para enfrentá-las e reduzir as perdas na produção agrícola, que causam consideráveis prejuízos econômicos. Essas mudanças estão relacionadas ao desenvolvimento econômico mundial, fundamentado na utilização de combustíveis fósseis, no desmatamento e outros danos ao meio ambiente, muito embora, dito desse modo a proposta possa parecer reducionista, mas de modo generalizado, é a questão mais urgente, além de outras.

Pellegrino, Assad e Marin (2007) destacam as evidências das ocorrências de mudanças climáticas, em função do aumento da concentração de gases de efeito estufa como o gás carbônico (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O), além do próprio vapor d'água (H₂O), que têm se apresentado como consistentes, segundo análises e constatações realizadas pela comunidade científica internacional. Esses gases são emitidos por instrumentos empregados no desenvolvimento econômico promovido pelos países em seus diversos setores. Essas mudanças climáticas decorrem também no Brasil, com efeitos mais danosos, sobretudo, quando nos remetemos à vulnerabilidade histórica identificada no país por desastres naturais, como secas, enchentes e deslizamentos de encostas, muito embora seja uma questão difícil de mensurar. A cada catástrofe, novos contextos surgem, novas demandas aparecem e as necessidades variam consoante as realidades descortinadas.

Nobre e Amazonas (2002) ressaltam que é falsa a expectativa de que o Brasil é um país não suscetível às mudanças climáticas por se caracterizar como um país tropical. Os autores ressaltam que, em geral, essa despreocupação ambiental decorre da concepção de que o país é detentor de problemas mais urgentes, como o combate à desigualdade social e à pobreza. Mas os países em desenvolvimento são os mais vulneráveis às mudanças ambientais, por conseguinte às mudanças climáticas e, de modo geral, dentro do país serão as populações mais pobres as mais atingidas.

Neste contexto, desenvolve-se a importância da concepção do desenvolvimento sustentável nas últimas décadas, considerando que as mudanças climáticas decorrentes dos danos ao meio ambiente por ação do homem em prol da atividade econômica, precisam ser eliminadas num processo de repensar o desenvolvimento econômico e social. Para Chaves e Rodrigues (2016), o desenvolvimento sustentável levanta vários questionamentos, entre eles como trabalhar prezando princípios éticos, preservando as presentes gerações e sem comprometimento das gerações futuras.

Silva e Lima (2010) compreendem o desenvolvimento sustentável inserido num processo de questionamentos, em decorrência dos aspectos envolvidos no sistema capitalista de produção de mercadorias. Consideram a sua lógica, sua razão de ser e se desenvolver, ao impor como principal limitante um paradigma estabelecido de interações ecológicas equilibradas entre sociedade e natureza. Em relação a estes aspectos, os autores visualizam especialistas na concepção de desenvolvimento sustentável na sociedade e em sua atividade econômica, que sejam ao mesmo momento críticos, por considerarem um cenário mítico.

Segundo Porto e Milanez (2009), os conflitos socioambientais ocorrem potencialmente no momento da extração dos recursos naturais, da geração de energia utilizada ou no processo produtivo, presentes praticamente em todo o planeta, mas principalmente em países exportadores de *commodities* como o Brasil. Os autores complementam que estes conflitos socioambientais podem estar vinculados aos diversos setores componentes da atividade econômica, como a ocupação de terras para a produção agrícola e animal; a poluição causada por fábricas, veículos e depósitos de resíduos; as minas de ferro, bauxita e urânio; fundições, siderúrgicas e fábricas de alumínio; extração e refino de petróleo ou de gás; ou ainda a extração de material de construção.

Este cenário demanda que as organizações insiram mudanças nas suas concepções organizacionais e econômicas, identificadas em suas ações de responsabilidade social, que prezam pelo desenvolvimento sustentável. Já Barata (2007) ressalta que a compatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade empresarial se concretiza na condição de adoção de estratégias empresariais que possibilitem às organizações manterem-se competitivas e rentáveis, e protejam o ambiente, além de contribuir para melhorias na qualidade das comunidades e demais agentes envolvidos direta ou indiretamente.

Munck, Souza e Silva (2011) ressaltam o agir social, o agir organizacional e o agir racional em relação ao desenvolvimento sustentável. De acordo com os autores, o agir racional valida o agir organizacional e o agir social no direcionamento a um objetivo comum. No contexto do desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade sustentável torna-se um objetivo comum na sociedade, algo a ser alcançado por todos.

O desenvolvimento sustentável se apresenta como uma ação instituída do homem para que as mudanças climáticas e demais fenômenos naturais decorrentes da sua ação não se agravem ainda mais. Por esse entendimento, os produtores do agronegócio gaúcho não podem ignorar a importância e a necessidade de adesão, praticando, fomentando e incentivando as tais práticas sustentáveis, no que diz respeito ao seu modo de produzir e gestão da produção; devem considerar os impactos ambientais da sua atividade econômica.

O uso de melhores e mais sofisticadas tecnologias, além do conhecimento técnico da agricultura e os melhores insumos, terras, profissionais e demais fatores que otimizam e garantem uma melhor produção, não são suficientes para controlar o clima, uma vez que os fatores climáticos, que definem um tipo de clima de determinado lugar, não podem ser compreendidos isoladamente, mas sim de forma integrada.

Fatores como altitude, latitude, massas de ar, maritimidade, continentalidade, correntes marítimas formam um conjunto natural que condiciona o clima, assim que precisa ser trabalhado de maneira sistêmica e que leve em consideração todo o contexto da biodiversidade. O que se pode esperar de toda essa bagagem é que os danos decorrentes das mudanças climáticas tenham o seu impacto reduzido e os prejuízos sejam diminuídos.

Por ser um fenômeno natural, os fatores climáticos somados à ação humana que opera por vezes prejudicando a biodiversidade, necessitam ser tomados em consideração. É seguramente necessário que o homem/produtor/consumidor tenha cada vez mais consciência de que são necessárias ações, com postura crítica e consciente, e que dinamizem de forma efetiva a produção, neste caso, agrícola. É preciso que se atendam os interesses da natureza e também os do agronegócio, gerando uma dinâmica muito própria, que faça frente ao mercado global, cada vez mais exigente, sem destruir o meio ambiente.

METODOLOGIA

Ao identificar a importância do agronegócio para o desenvolvimento da economia gaúcha, se reconhece a produção agrícola como essencial no atendimento dos mercados doméstico e internacional. Para além da constatação que reconhece a efetiva participação da agricultura no agronegócio gaúcho, este estudo se deteve na relação da produção agrícola gaúcha com o clima, levando em consideração que as suas mudanças vão concorrer diretamente para a economia da região, causando melhores safras ou perdas consideráveis, segundo a manifestação climática. O que torna urgente que mais estudos sejam feitos sobre essa temática.

Essa pesquisa qualifica-se como descritiva. Matias-Pereira (2012) define a pesquisa descritiva como estudos que buscam examinar um fenômeno para apresentá-lo de forma integral ou diferenciá-lo de outro. Por assim entender, esse trabalho não tem por objetivo modificar a realidade que envolve o agronegócio gaúcho e a sua relação com o clima, mas somente analisá-la e promover uma discussão sobre o tema para auxiliar no aprimoramento da sua compreensão.

Como pesquisa qualitativa, optou-se pela abordagem bibliográfica. Fachin (2005) ressalta que a pesquisa bibliográfica se fundamenta em vários procedimentos metodológicos, como: leitura, selecionar, fichar, organizar, arquivar, sintetizar o texto; ou seja, a base para as demais pesquisas. Já Marconi e Lakatos (2010) acrescentam que a pesquisa bibliográfica envolve toda a bibliografia sobre determinado tema tornada pública, posição reafirmada também por Severino (2007) e Gil (2002).

Desta maneira, a presente pesquisa envolve um levantamento na literatura sobre a importância do clima para o desenvolvimento do agronegócio gaúcho, passando pela abordagem da concepção do desenvolvimento sustentável.

Em relação às finalidades, esta pesquisa qualifica-se como básica de acordo com a definição de Matias-Pereira (2012), pois adquire-se conhecimento sem uma aplicação prática prevista, uma vez que apenas desenvolve um diálogo entre os autores e uma análise do tema para aprofundar o conhecimento e fornecer bases para outras pesquisas, que inclusive podem ser aplicadas. A pesquisa de caráter básico no respectivo tema possui a capacidade de levantar conhecimentos importantes para o desenvolvimento de estudos de campo, que se aprofundem na análise desta relação entre o clima e o agronegócio gaúcho.

Nos termos de abordagem, pela sua natureza qualitativa, se fundamenta numa análise de variáveis não-numéricas, identificadas no levantamento bibliográfico realizado sobre o tema (MATIAS-PEREIRA, 2012; GIL, 2002; SEVERINO, 2007).

Os principais teóricos que versam e dialogam sobre a importância do clima para o agronegócio gaúcho, que apresentam trabalhos científicos de relevância na área e se constituem como bases importantes para o desenvolvimento desse estudo, são: Tavares *et al* (2017); Munck, Souza e Silva (2011); Silva e Lima (2010); Pellegrino, Assad e Marin (2007); Fries *et al* (2013); Massuquetti *et al* (2015); e Leusin Júnior (2016). Foram utilizadas teses, dissertações e artigos para o desenvolvimento deste estudo.

Partindo dos critérios de pesquisa entendidos como relevância, especialização e aprofundamento acerca do tema, os autores foram selecionados e trabalhados no sentido de encaminhar um diálogo esclarecedor que corrobora com o cumprimento dos objetivos aqui delineados e que justificam a proposta desse estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura e a pecuária fazem parte do setor primário da produção e compõem o rico conjunto do agronegócio brasileiro. A contribuição que se espera ter dado, vai no sentido de apresentar uma discussão, ainda que breve, sobre a importância do clima, além do uso da tecnologia no seu controle para a agricultura, que por sua vez faz parte do

agronegócio gaúcho. Nesse processo, é necessário compreender a rica diversidade da produção gaúcha e a sua importância para a economia do Estado, enquanto parcela considerável das exportações brasileiras.

Produzir como, por quê e para quem? É salutar a preocupação daqueles que produzem, se por um lado as organizações, as corporações, cooperativas e produtores de modo geral, objetivam entrar para o mercado, cada dia mais competitivo e exigente. Por outro, há também que se levar em consideração alguns fatores que são importantes para a melhor gestão também da biodiversidade, uma vez que a economia global tem imposto aos produtores (de todos os setores da economia) um novo olhar para o mercado que, auxiliado pelo crescimento tecnológico e o avanço das comunicações, ampliou as suas fronteiras e se tornou mais exigente no consumo de produtos e serviços.

Assim, o controle climático é impossível de acontecer, mas a gestão do seu impacto é necessária, sobretudo quando se trata de gerir os danos que causa ao agronegócio, uma vez que a economia em geral e, em especial a gaúcha, deve uma boa parcela a essa atividade. Destaque-se ainda a atuação das cooperativas, uma vez que conseguem reunir, em conjunto, condições de melhor aquisição de implementos e insumos, que se reflete no preço final do produto, além de representar diante do agronegócio, tanto no Estado quanto na economia nacional, uma parcela importante no mercado de alimentos.

O Rio Grande do Sul possui uma forte influência cultural do contingente europeu que formou o seu povo, sobretudo com a imigração europeia, que vai contribuir não somente na criação de lavouras diversificadas em relação ao restante do país, como na forma de produzir.

Seguro é que, indiferentes aos avanços tecnológicos, os fatores climáticos acontecem como intempéries. Mas também é certo argumentar que os cuidados com a biodiversidade vão auxiliar no trato dos impactos ambientais que concorrem para o aumento ou diminuição dos fenômenos climatológicos que assolam a lavoura gaúcha, comprometendo o seu papel diante do agronegócio brasileiro.

Nenhum estudo é conclusivo, nenhuma pesquisa é completa o bastante para que ponha fim à necessidade de outros, mas naquilo que se propôs como meta para a realização deste artigo, espera-se que tenham sido cumpridos os seus objetivos, principalmente o de mostrar a importância do clima para o agronegócio gaúcho.

REFERÊNCIAS

BARATA, Martha Macedo de Lima. O setor empresarial e a sustentabilidade no Brasil. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 1, n. 1, 2007.

BORGES, Sávio Costa; SIMÕES, Fernanda de Souza Britto; DE LIMA TRINDADE, Silvana. A Relação Entre a Produção De Soja e o PIB No Município De Dom Pedrito/RS. **Agropampa: Revista de Gestão do Agronegócio**, v. 1, n. 2, 2016.

CARGNIN, Monica. **A territorialidade da atividade cooperativa e a produção de soja no planalto gaúcho**. 2017. 208f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. **Interações (Campo Grande)**, v. 8, n. 13, 2016.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FOLETTTO, Jussara; GIORDANI, Estela Maris. Características do perfil de lideranças femininas e masculinas do agronegócio do Rio Grande do Sul Features of leadership profile female and male of Rio Grande do Sul agribusiness. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, v. 4, n. 5, p. 143-173, 2014.

FRIES, Carol Deitos et al. Avaliação do crescimento das exportações do agronegócio gaúcho: uma aplicação do método constant-market-share. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental-REGET/UFSM**, v. 17, n. 17, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDBERG, Ray Allan; DAVIS, John Herbert. A concept of agribusiness. **Harvard University, Boston**, 1957.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo; GUERRA, Isabela Franco. 30 anos do Relatório Brundtland: nosso futuro comum e o desenvolvimento sustentável como diretriz constitucional brasileira. **Revista de Direito da Cidade**, v. 09, n. 4. ISSN 2317-7721 p. 1884-1901, 2017. Disponível em:
<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/30287>>.
Acesso em: 2 jul. 2018.

LEUSIN JR., Sérgio. As exportações do agronegócio gaúcho em 2015. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 44, n. 2, p. 29-44, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MASSUQUETTI, Angélica et al. As oportunidades comerciais do agronegócio da região sul do Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio-REA**, v. 12, n. 1, 2, 3, 2015.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: Uma Abordagem Econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

MUNCK, Luciano; DE SOUZA, Rafael Borim; SILVA, André Luis. Estudos organizacionais e desenvolvimento sustentável: em busca de uma coerência teórica e conceitual. **Revista Interações** (Campo Grande), v. 13, n. 1, 2016.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS de Carvalho, Maurício. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Edições IBAMA, 2002.

ONU BRASIL. **Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas – COP21**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/cop21/> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

_____. **Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/fao/> Acesso em: 16 de novembro de 2018.

PELLEGRINO, Giampaolo Queiroz; ASSAD, Eduardo Delgado; MARIN, Fábio Ricardo. Mudanças climáticas globais e a agricultura no Brasil. **Revista Multiciência, Campinas**, n. 8, p. 139-162, 2007.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, n. 6, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim, **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Mygre Lopes Lopes et al. Análise da competitividade dos principais complexos exportadores do agronegócio gaúcho. **SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, v. 20, n. 1, p. 9-18, 2016.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves; LIMA, Laíse Soares. Desenvolvimento sustentável: um debate sobre suas impossibilidades. **EDUCTE: Revista Científica do Instituto Federal de Alagoas**, v. 1, n. 1, 2010.

TAVARES, Bartira de Oliveira et al. Recursos e vantagens competitivas no agronegócio: revisão bibliográfica sistemática da vbr. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 10, n. 1, p. 40-76, 2017.